



Associação da Juventude Tecnológica

---

## **ESTATUTO SOCIAL**

# **ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE TECNOLÓGICA – AJT**

## **TÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E DURAÇÃO**

**Art. 1º** A ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE TECNOLÓGICA – AJT, doravante denominada simplesmente **AJT**, é uma associação civil, sem fins econômicos ou lucrativos, de duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

**Art. 2º** A AJT tem sede e foro na Avenida Paulista, nº 1471, conjunto 1110, Cidade de São Paulo – SP, CEP 01311-200., podendo atuar em todo o território nacional e manter representações regionais, conforme deliberação do Conselho Diretor.

**Art. 3º** A AJT poderá, por deliberação da Assembleia Geral, requerer qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP (Lei nº 9.790/1999) ou outras qualificações legais que se fizerem oportunas.

## **TÍTULO II – DOS FINS**

**Art. 4º** A AJT tem por finalidade:

- I – apoiar governos e instituições públicas em processos de transformação digital;
- II – mobilizar jovens, nos termos da Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), como consultores voluntários em tecnologia e inovação;
- III – desenvolver diagnósticos tecnológicos e propor soluções digitais aplicáveis a serviços e bens públicos;
- IV – promover projetos de impacto social relacionados a tecnologia e juventude;
- V – fomentar o uso ético e responsável de tecnologias emergentes pelo Poder Público e pela sociedade;

VI – estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, desde que compatíveis com os princípios acima.

**Art. 5º** A AJT será titular da propriedade intelectual dos materiais, conteúdos e metodologias desenvolvidos em seus projetos, respeitados os direitos de terceiros. O uso de imagem, voz ou depoimentos de beneficiários e participantes dependerá de autorização expressa, nos termos da legislação vigente.

**Art. 6º** Toda parceria celebrada com o poder público observará a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), incluindo a elaboração de plano de trabalho específico, contendo diagnóstico, metas, atividades, orçamento e indicadores de avaliação.

### **TÍTULO III – DOS ASSOCIADOS**

**Art. 7º** A AJT é composta por duas categorias de associados:

I – **Efetivos**: membros do Conselho Diretor e do Conselho Curador, com direito a voz e voto em Assembleia Geral;

II – **Apoiadores**: membros do Conselho Fiscal, Diretores de Projetos e Associados-Consultores, com direito a voz, mas sem voto em Assembleia Geral.

**Art. 8º** A admissão, exclusão e desligamento de associados será disciplinada em Regimento Interno, assegurado sempre o direito de defesa e recurso à Assembleia Geral.

### **TÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 9º** A Assembleia Geral é o órgão soberano da AJT e será composta exclusivamente pelos Associados Efetivos.

**Art. 10º** Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I – alterar o Estatuto;
- II – eleger e destituir membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;
- III – aprovar as contas e o relatório anual de atividades;
- IV – deliberar sobre a dissolução da AJT e destino do patrimônio;
- V – deliberar sobre quaisquer matérias relevantes encaminhadas pelo Conselho Diretor ou Conselho Curador.

**Art. 11º** A Assembleia reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente, por 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos, ou pelo Conselho Fiscal.

**Art. 12** As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, salvo nos casos de alteração estatutária ou destituição de dirigentes (2/3 dos presentes) e dissolução da AJT (3/4 dos presentes).

**Art. 12-A** As eleições para os órgãos da AJT ocorrerão em Assembleia Geral convocada para este fim, por voto da maioria simples dos Associados Efetivos presentes.

**§1º** O processo eleitoral, incluindo prazos de inscrição de candidaturas, forma de votação, posse e demais procedimentos, será definido em Regimento Interno.

**§2º** É permitida 1 (uma) reeleição consecutiva, observado o disposto neste Estatuto.

## **TÍTULO V – DO CONSELHO DIRETOR**

**Art. 13** O Conselho Diretor é o órgão executivo da AJT, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, sempre incluindo o cargo de Presidente.

**Art. 14** Compete ao Conselho Diretor:

- I – executar as deliberações da Assembleia Geral;

II – administrar a AJT e representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

III – elaborar plano anual de atividades e orçamento;

IV – admitir e excluir associados apoiadores, conforme critérios aprovados;

V – propor alterações estatutárias e convocações da Assembleia Geral.

**Art. 15** O mandato do Conselho Diretor é de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição consecutiva. Na primeira gestão, metade dos mandatos será reduzida para 1 (um) ano, por sorteio, a fim de permitir renovação escalonada.

**Art. 16** A representação da AJT se fará pelo Presidente, em conjunto com outro Diretor, exigida dupla assinatura em atos de gestão financeira acima do limite definido em Regimento Interno.

## **TÍTULO VI – DO CONSELHO CURADOR**

**Art. 17** O Conselho Curador é órgão consultivo e de supervisão estratégica, composto por 7 (sete) a 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral.

**Art. 18** Compete ao Conselho Curador:

I – emitir pareceres e recomendações não vinculantes sobre projetos e estratégias;

II – conferir legitimidade institucional à AJT por meio de sua composição acadêmica e profissional;

III – participar da Assembleia Geral, com direito a voto nas matérias estatutárias.

**Art. 19** O mandato do Conselho Curador é de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição consecutiva.

## **TÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 20** O Conselho Fiscal é órgão independente de fiscalização, composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, vedada a participação de membros do Conselho Diretor.

**Art. 21** Compete ao Conselho Fiscal:

- I – examinar os livros e documentos contábeis;
- II – emitir parecer anual sobre as contas, a ser submetido à Assembleia Geral;
- III – convocar a Assembleia Geral em caso de irregularidade grave.

**Art. 22** O mandato do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) reeleição consecutiva.

## **TÍTULO VIII – DO REGIMENTO INTERNO**

**Art. 23** O Regimento Interno complementarará o presente Estatuto, detalhando o funcionamento dos órgãos, critérios de admissão/exclusão, política de integridade, LGPD, e demais normas internas. Sua aprovação e alteração competem à Assembleia Geral.

## **TÍTULO IX – DO PATRIMÔNIO, RECEITAS E TRANSPARÊNCIA**

**Art. 24** O patrimônio da AJT será constituído por bens, doações, contribuições, subvenções, contratos e convênios, devendo ser aplicado integralmente na consecução de seus fins.

**Art. 25** É terminantemente vedada:

- I – A distribuição de superávits, dividendos, bonificações, participações ou vantagens a dirigentes, associados ou mantenedores.

II – A cobrança de taxa de administração, de gerência ou de característica similar em parcerias com o poder público, nos termos da Súmula nº 41 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Art. 26** Em caso de dissolução, o patrimônio líquido será destinado a outra associação congênere, sem fins econômicos, com objeto similar, indicada pela Assembleia Geral.

**Art. 27** A AJT publicará anualmente em seu portal eletrônico: Estatuto, composição dos órgãos, relatório de atividades e demonstrações contábeis.

## **TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 28** A AJT observará integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), designando encarregado pelo tratamento de dados (DPO).

**Art. 29** As reuniões dos órgãos poderão ser realizadas por meio digital, com assinaturas eletrônicas reconhecidas na forma da lei.

**Art. 30** A atividade voluntária observará a Lei nº 9.608/1998, mediante assinatura de Termo de Adesão, sem vínculo empregatício.

**Art. 31** Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, à luz da legislação aplicável e dos princípios deste Estatuto.

## **TÍTULO XI – DA FUNDAÇÃO**

**Art. 32** O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia de Fundação da AJT, realizada em \_\_\_\_, e somente poderá ser alterado pela Assembleia Geral Extraordinária, observados os quóruns previstos neste Estatuto.